



IUGU INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

(Companhia)
CNPJ nº 15.111.975/0001-64 - NIRE 35.300.470.001

Em atendimento a Resolução do Banco Central do Brasil nº 2 artigo 14º, a Iugu Instituição de Pagamento S.A. apresenta as demonstrações contábeis da Companhia, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes, relativas ao semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Todas as informações de resultado representadas abaixo encontram-se nas demonstrações contábeis, de forma consolidada. A Iugu permanece focada em seu propósito de diminuir as barreiras na implementação de pagamento digital, atuando como facilitadora para empresas que desejam otimizar e automatizar a operação de seus departamentos financeiros. **Desempenho:**

A Companhia encerrou o ano com receita líquida de R\$ 93,5 milhões, 53% acima do ano de 2021, e lucro bruto de R\$ 42,5 milhões. O volume total processado (TPV) no ano foi de R\$ 11,3 bilhões, que representa aumento de 79% comparado ao ano anterior. **Investimentos:** A Iugu investe parcela importante de seus resultados em desenvolvimentos tecnológicos, com o objetivo de modernizar as plataformas financeiras disponíveis no mercado e gerar inovação em produtos e serviços ofertados. **Conjuntura econômica:** A Companhia segue bem-posicionada, atuando em diferentes setores da economia, prevendo crescimento nas diferentes linhas de produto, sobretudo cartão de crédito e PIX. Acreditamos na manutenção dessa tendência apesar das incertezas político-econômicas do Brasil no ano de 2023. **Dividendos e retenção de lucros:** O estatuto social da Iugu estabelece que o lucro líquido de cada balanço será destinado: a) 5% (cinco por cento) para constituição do fundo de reserva legal, até que alcance 20% (vinte por cento) do capital social; b) 25% (vinte e cinco por cento) para dividendos aos acionistas; e c) o saldo, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a Assembleia Geral, por proposta da Diretoria, observadas as disposições legais atinentes à matéria. **Relacionamento com auditores independentes:** Informamos que durante o exercício findo em 31

de dezembro de 2022, os auditores independentes prestaram apenas serviços de auditoria externa para os quais foram contratados. **Agradecimentos:** A Administração da Iugu Instituição de Pagamento S/A agradece a confiança de seus clientes, estabelecimentos comerciais, parceiros de negócios, clientes e funcionários que acreditam e fazem a diferença junto a gente.
São Paulo, 22 de março de 2023.

A DIRETORIA

Ativo Circulante	Nota explicativa	Balancos patrimoniais	
		31/12/2022	31/12/2021
Caixa equivalentes de caixa	4	57.241	53.357
Disponibilidades		50.228	8.030
Aplicações interfinanceiras de liquidez		7.013	38.153
Instrumentos financeiros	5	170.308	105.903
Contas a receber	6	502.918	236.848
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	6	(16.159)	(9.384)
Ativos a recuperar		1.874	0
Outros ativos	8	1.944	2.414
Total		721.104	391.012
Realizável a longo prazo e Permanente			
IRPJ/CSLL diferido	8	37.923	26.593
Imobilização de uso	9	(3.120)	(8.333)
Depreciação	9	(3.120)	(8.333)
Intangível	10	42.065	8.091
Amortização	10	(6.430)	(1.741)
		79.817	40.095
Total		800.921	431.107

Passivo e patrimônio líquido Circulante	Nota explicativa	Balancos patrimoniais	
		31/12/2022	31/12/2021
Depósitos	11	178.426	137.722
Empréstimos	12	1.541	4.070
Tributos e contribuições sociais	13	4.926	12.046
Obrigações por transações de pagamentos	14	493.085	207.473
Outros passivos	15	42.195	5.163
		729.179	357.674
Exigível a longo prazo			
Empréstimos de longo prazo	12	14.445	-
Contingências	16	741	740
		744.365	358.414
Patrimônio líquido			
Capital social	18	129.763	129.763
Prejuízo acumulado		(73.207)	(57.070)
		56.556	72.693
Total		800.921	431.107

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: A Iugu Instituição de Pagamento S/A ("Iugu" ou "Companhia"), sediada na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1376, Torre A, TNU - 16º e 17º andares - Brooklin Paulista - São Paulo - SP, foi constituída em 31 de janeiro de 2012, com o objetivo de ser uma facilitadora de pagamentos, fornecendo uma plataforma de automação financeira que oferece toda a tecnologia e o suporte necessários para estruturar uma operação financeira inteligente, automatizada e eficiente de ponta a ponta. Atualmente a Iugu, por meio de sua plataforma, oferece a seus clientes uma série de meios de pagamento tais como: boleto bancário, cartão de crédito, TED e PIX. Os serviços de valor agregado oferecidos pela Iugu incluem: cobrança recorrentes, split de pagamentos, conciliação e automação financeira, emissão e gestão de faturas, pagamento de contas, entre outros. Em 26 de agosto de 2020, a Companhia recebeu autorização do Banco Central do Brasil ("Bacen") para funcionar como instituição de pagamento ("IP"), na modalidade de emissor de moeda eletrônica de acordo com a publicação no Diário Oficial do Banco Central nº 30 de abril de 2020, por meio de Assembleia Geral Extraordinária. Foi decidido pela alteração da razão social da Companhia de Iugu Serviços na Internet S/A para Iugu Instituição de Pagamento S/A. Em 23 de março de 2022 a Iugu constituiu o FIDC - IUGU I UR - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Unidade de Recebíveis, com a participação de 5% em cotas subordinadas (junior), para realização das antecipações dos recebíveis de cartão de crédito de seus clientes. Em 12 de setembro de 2022, a Iugu adquiriu a carteira de clientes, entre outros ativos, da Juno no Brasil, que inclui a base de empresas nacionais que transacionam pagamentos no país. Aquisição reforça o posicionamento e a estratégia de crescimento do Iugu, mesmo diante do contexto pelo qual passa o mercado de fintechs, e aumenta imediatamente a receita em cerca de 50%. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas sob o pressuposto da continuidade e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") às quais levam em consideração os regimes de legislação societária brasileira, normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - (CMN) e do Bacen, denominadas em conjunto "COSIF", quando aplicáveis. Na elaboração das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, a Companhia considerou o disposto na Resolução BCB nº 2/2020 e os seguintes pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Central - CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos aprovado pela Resolução CMN nº 3.566/2008; - CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa aprovado pela Resolução CMN nº 3.604/2008; - CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/2011; - CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes aprovado pela Resolução CMN nº 3.923/2009; - CPC 46 - Medição de ativos e passivos aprovada pela Resolução CMN nº 3.973/2011; - CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e reificação de erro aprovado pela Resolução CMN nº 4.007/2011; - CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados aprovada pela Resolução CMN nº 4.877/2020; - CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas aprovado pela Resolução CMN nº 5.029/2019; - CPC 49 - Medição de ativos e passivos aprovada pela Resolução CMN nº 4.829/2019; - CPC 41 - Resultado por evento aprovado pela Resolução CMN nº 3.959/2019. Ainda em atendimento a esta resolução que exige evidência na apresentação das notas explicativas às demonstrações contábeis dos resultados recorrentes e não recorrentes de forma segregada, divulgamos que não houve impacto não recorrente observado no resultado da Companhia durante o exercício de 2022. As demonstrações contábeis referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 22 de março de 2023. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Para fins de demonstrações contábeis, a moeda de apresentação é o dólar americano, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração use julgamento, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados nas demonstrações contábeis. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem provisão para perdas esperadas associadas ao risco de chargebacks, riscos decorrentes de passivos contingentes, realização do imposto fiscal diferido e valor justo de instrumentos financeiros. A Companhia realiza constantemente estimativas e julgamentos em relação a diversos aspectos de suas operações. **3. Resumo das principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações contábeis e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. **3.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Para fins de demonstrações contábeis, caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias. **3.2 Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são avaliados e classificados de acordo com o custo de aquisição, o valor justo de mercado, a liquidez financeira, o prazo de vencimento e o risco. **3.3 Hierarquia do valor justo:** O Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) nº 4.748/19 define o valor justo de um ativo ou passivo considerando as seguintes hierarquias: Nível I: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos; Nível II: Inputs incluídos no nível I que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e Nível III: Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Envolve o uso de métodos quantitativos, armazém de ativos, acertos, que utilizam referências de mercado e dados não observáveis no mercado na produção de suas estimativas. **3.4 Contas a receber:** Corresponde principalmente aos valores a receber das adquirentes resultante do volume total processado nas transações realizadas via cartão na plataforma da Iugu, deduzidos dos cancelamentos e contestações das transações autorizadas pela bandeira, decorrentes do curso normal das atividades da Companhia. Este grupo é composto também pelo contas a receber de clientes decorrente da cobrança das mensalidades pela utilização da plataforma. Os montantes a receber são avaliados no momento inicial pelo valor presente e deduzidas das perdas esperadas associadas ao risco de chargebacks. Como parte do curso normal das atividades, a Iugu está exposta ao risco de perdas associadas a chargebacks sobre transações que foram anteriormente antecipadas por seus clientes, e que eventualmente não possuem saldo disponível em suas contas para reembolsar a Companhia. A Iugu constituiu provisão para 100% dos chargebacks com tal característica. Adicionalmente, a Companhia realizou estudo sobre suas perdas esperadas baseado-se no histórico de perdas associadas a chargebacks em seu portfólio de clientes, e concluiu que a potencial perda é imaterial e realizou a provisão. **3.5 Impostos a recuperar:** São registrados mediante apropriação na aquisição de serviços destinados à operação, os quais serão

Demons	Demons			
	2022	31/12/2022	31/12/2021	2º Sem.
Lucro (prejuízo) do semestre/exercício	(3.864)	(16.137)	(12.449)	-
Provisão para perdas esperadas associadas ao chargeback, fraude e outros	1.433	6.775	4.162	1.433
Provisão para contingências civis	(638)	217	375	-
Depreciações e amortizações	4.285	6.235	2.797	4.285
Provisão de juros e empréstimos	515	1.122	336	515
Tributos diferidos	(2.207)	(11.330)	(26.593)	(2.207)
baixa de ativos	-	112	149	-
Prejuízo ajustado	(476)	(13.006)	(31.223)	(476)
Atividades operacionais	-	-	-	-
Aumentos / diminuições operacionais	(9.760)	(64.405)	13.489	(9.760)
Instrumentos financeiros	(150.049)	(266.070)	(137.303)	(150.049)
Contas a receber	(1.488)	(2.978)	(926)	(1.488)
Depósitos judiciais	-	-	-	-
Outros ativos	(864)	470	(1.557)	(864)
Depósitos	22.879	40.704	47.732	22.879
Tributos e contribuições sociais	1.513	1.680	965	1.513
Obrigações por transações de pagamento	149.584	285.612	129.897	149.584
Outros passivos	33.238	37.032	(3.177)	33.238
Caixa gerado (consumido) proveniente das atividades operacionais	44.577	19.039	17.897	44.577
Juros pagos	(722)	(1.070)	(235)	(722)
Contingências pagas	(1)	(216)	(21)	(1)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	43.854	17.753	17.641	43.854
Atividades investimento	-	-	-	-
Aquisições imobilizado	(466)	(765)	(5.983)	(466)
Aquisições intangível	(31.081)	(33.974)	(5.469)	(31.081)
Caixa líquido aplicado nas atividades investimentos	(31.547)	(34.739)	(11.452)	(31.547)
Atividades financiamento	-	-	-	-
Empréstimos	-	25.000	-	-
Pagamento de principal	-	(4.130)	(1.049)	-
Caixa líquido proveniente das atividades financiamentos	-	20.870	(1.049)	-
Variação de caixa e equivalente de caixa	12.307	3.884	5.140	12.307
Saldo no início do exercício (semestre)	44.934	53.357	48.217	44.934
Saldo no final do exercício (semestre)	57.241	57.241	53.357	57.241
Variação de caixa e equivalente de caixa	12.307	3.884	5.140	12.307

Demons	Demons			
	2022	31/12/2022	31/12/2021	2º Sem.
Lucro (prejuízo) do período/exercício	(3.864)	(16.137)	(12.449)	-
Provisão para perdas esperadas associadas ao chargeback, fraude e outros	1.433	6.775	4.162	1.433
Provisão para contingências civis	(638)	217	375	-
Depreciações e amortizações	4.285	6.235	2.797	4.285
Provisão de juros e empréstimos	515	1.122	336	515
Tributos diferidos	(2.207)	(11.330)	(26.593)	(2.207)
baixa de ativos	-	112	149	-
Prejuízo ajustado	(476)	(13.006)	(31.223)	(476)
Atividades operacionais	-	-	-	-
Aumentos / diminuições operacionais	(9.760)	(64.405)	13.489	(9.760)
Instrumentos financeiros	(150.049)	(266.070)	(137.303)	(150.049)
Contas a receber	(1.488)	(2.978)	(926)	(1.488)
Depósitos judiciais	-	-	-	-
Outros ativos	(864)	470	(1.557)	(864)
Depósitos	22.879	40.704	47.732	22.879
Tributos e contribuições sociais	1.513	1.680	965	1.513
Obrigações por transações de pagamento	149.584	285.612	129.897	149.584
Outros passivos	33.238	37.032	(3.177)	33.238
Caixa gerado (consumido) proveniente das atividades operacionais	44.577	19.039	17.897	44.577
Juros pagos	(722)	(1.070)	(235)	(722)
Contingências pagas	(1)	(216)	(21)	(1)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	43.854	17.753	17.641	43.854
Atividades investimento	-	-	-	-
Aquisições imobilizado	(466)	(765)	(5.983)	(466)
Aquisições intangível	(31.081)	(33.974)	(5.469)	(31.081)
Caixa líquido aplicado nas atividades investimentos	(31.547)	(34.739)	(11.452)	(31.547)
Atividades financiamento	-	-	-	-
Empréstimos	-	25.000	-	-
Pagamento de principal	-	(4.130)	(1.049)	-
Caixa líquido proveniente das atividades financiamentos	-	20.870	(1.049)	-
Variação de caixa e equivalente de caixa	12.307	3.884	5.140	12.307
Saldo no início do exercício (semestre)	44.934	53.357	48.217	44.934
Saldo no final do exercício (semestre)	57.241	57.241	53.357	57.241
Variação de caixa e equivalente de caixa	12.307	3.884	5.140	12.307

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demons

Demons	Demons			
	2022	31/12/2022	31/12/2021	2º Sem.
Lucro (prejuízo) do semestre/exercício	(3.864)	(16.137)	(12.449)	-
Provisão para perdas esperadas associadas ao chargeback, fraude e outros	1.433	6.775	4.162	1.433
Provisão para contingências civis	(638)	217	375	-
Depreciações e amortizações	4.285	6.235	2.797	4.285
Provisão de juros e empréstimos	515	1.122	336	515
Tributos diferidos	(2.207)	(11.330)	(26.593)	(2.207)
baixa de ativos	-	112	149	-
Prejuízo ajustado	(476)	(13.006)	(31.223)	(476)
Atividades operacionais	-	-	-	-
Aumentos / diminuições operacionais	(9.760)	(64.405)	13.489	(9.760)
Instrumentos financeiros	(150.049)	(266.070)	(137.303)	(150.049)
Contas a receber	(1.488)	(2.978)	(926)	(1.488)
Depósitos judiciais	-	-	-	-
Outros ativos	(864)	470	(1.557)	(864)
Depósitos	22.879	40.704	47.732	22.879
Tributos e contribuições sociais	1.513	1.680	965	1.513
Obrigações por transações de pagamento	149.584	285.612	129.897	149.584
Outros passivos	33.238	37.032	(3.177)	33.238
Caixa gerado (consumido) proveniente das atividades operacionais	44.577	19.039	17.897	44.577
Juros pagos	(722)	(1.070)	(235)	(722)
Contingências pagas	(1)	(216)	(21)	(1)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	43.854	17.753	17.641	43.854
Atividades investimento	-	-	-	-
Aquisições imobilizado	(466)	(765)	(5.983)	(466)
Aquisições intangível	(31.081)	(33.974)	(5.469)	(31.081)
Caixa líquido aplicado nas atividades investimentos	(31.547)	(34.739)	(11.452)	(31.547)
Atividades financiamento	-	-	-	-
Empréstimos	-	25.000	-	-
Pagamento de principal	-	(4.130)	(1.049)	-
Caixa líquido proveniente das atividades financiamentos	-	20.870	(1.049)	-
Variação de caixa e equivalente de caixa	12.307	3.884	5.140	12.307
Saldo no início do exercício (semestre)	44.934	53.357	48.217	44.934
Saldo no final do exercício (semestre)	57.241	57.241	53.357	57.241
Variação de caixa e equivalente de caixa	12.307	3.884	5.140	12.307

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demons

Demons	Demons			
	2022	31/12/2022	31/12/2021	2º Sem.
Lucro (prejuízo) do semestre/exercício	(3.864)	(16.137)	(12.449)	-
Provisão para perdas esperadas associadas ao chargeback, fraude e outros	1.433	6.775	4.162	1.433
Provisão para contingências civis	(638)	217	375	-
Depreciações e amortizações	4.285	6.235	2.797	4.285
Provisão de juros e empréstimos	515	1.122	336	515
Tributos diferidos	(2.207)	(11.330)	(26.593)	(2.207)
baixa de ativos	-	112	149	-
Prejuízo ajustado	(476)	(13.006)	(31.223)	(476)
Atividades operacionais	-	-	-	-
Aumentos / diminuições operacionais</				

de 2022 foi de R\$ 5.738 (R\$ 7.312 em 2021). Em dezembro de 2020 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o plano de incentivo de longo prazo baseado na valorização sobre ações virtuais da Companhia ("phantom shares"), cujo incentivo apenas será pago se e quando forem atingidas certas condições. Em 31 de dezembro de 2022 nenhum impacto decorrente deste plano foi registrado devido à ausência de obrigação presente. **18. Patrimônio líquido: a. Capital social:** O capital social subscrito no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 129.763 dividido em 1.019.740 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal e 498.253 ações preferenciais.

	31/12/2022	31/12/2021
Ações ordinárias	1.019.740	1.019.740
Ações preferenciais	498.253	498.253
	1.517.993	1.517.993

19. Resultado: 19.1. Receita de intermediação financeira:

	2º Semestre de 2022	2022	2021
Receita bruta	58.695	105.304	68.689
(-) PIS sobre serviços	(948)	(1.700)	(1.305)
(-) COFINS sobre serviços	(4.366)	(7.831)	(5.098)
(-) ISS sobre serviços	(1.242)	(2.251)	(1.317)
	52.139	93.522	60.969

PIS - Programa de integração social
COFINS - Contribuição para seguridade social
ISS - Imposto sobre serviços

19.2. Despesas por natureza: As despesas por natureza estão compostas da seguinte forma:

Natureza	2º Semestre de 2022	2022	2021
Tarifas de boletos e adquirentes	(26.368)	(47.190)	(32.002)
Salários	(23.448)	(42.728)	(32.222)
Assessoria, auditoria e consultoria	(7.989)	(12.581)	(6.809)
Encargos	(4.873)	(9.883)	(8.647)
Outras provisões operacionais	(2.523)	(8.342)	(4.358)
Benefícios	(3.364)	(6.381)	(4.825)
Depreciação e amortização	(4.286)	(6.236)	(2.797)
Custo processamento de dados	(3.050)	(5.040)	(2.635)
Marketing e propaganda	(2.319)	(4.940)	(5.913)
Aluguéis, condomínio, IPTU e energia	(2.494)	(4.867)	(4.511)
Impostos sobre importação de serviços	(1.455)	(2.185)	(1.651)
Importação de serviços diversos	(953)	(1.823)	(2.894)
Eventos e confraternizações	(458)	(596)	(480)
Tarifas de transferências	(290)	(593)	(507)
Telefonia e internet	(188)	(398)	(425)
Contingências	658	81	(276)
(-) PIS	534	961	694
(-) COFINS	1.645	3.614	3.194
(-) Capitalização plataforma	2.764	5.383	3.266
(-) Outras receitas (despesas) operacionais (a)	8.903	6.827	828
	(69.554)	(136.917)	(102.970)
Custo dos serviços prestados	(28.725)	(50.954)	(32.097)
Despesas de pessoal e encargos	(28.879)	(53.482)	(42.249)
Despesas gerais e administrativas	(19.239)	(33.619)	(24.022)
Provisões operacionais	(1.674)	(7.714)	(4.611)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	8.963	8.852	9
	(69.554)	(136.917)	(102.970)

Renato Fairbanks Ribeiro
Diretor Presidente

(a) Refere-se substancialmente ao resultado decorrente da aquisição da carteira de clientes, da Juno no Brasil.

19.3. Resultado financeiro:

Natureza	2º Semestre de 2022	2022	2021
Rendimento de aplicações financeiras	15.815	25.570	6.948
Varição cambial	4	25	9
Descontos obtidos	5	5	1
Atualização monetária	190	190	-
Cotas FIDC	533	807	-
(-) PIS não cumulativo	(91)	(153)	(46)
(-) COFINS não cumulativo	(561)	(939)	(280)
Total de receitas financeiras	15.895	25.505	6.632
IOf	(96)	(166)	(113)
Pacotes financeiros	-	-	(3)
Juros passivos	(4.335)	(9.122)	(3.224)
Varição cambial	(11)	(26)	(25)
Multa	-	-	(35)
Tarifas de boletos	-	(6)	(28)
Outras despesas financeiras	(109)	(257)	(245)
Total de despesas financeiras	(4.551)	(9.577)	(3.673)

20. Política de gestão de riscos: A Companhia possui uma estrutura destinada ao gerenciamento de riscos, fundamentada em práticas de gestão nos termos da Circular BACEN nº 3.681/13. A Companhia tem suas atividades voltadas para o desenvolvimento de produtos e serviços, de forma aderente aos seus clientes. Sua Administração reconhece que os assuntos relacionados a Compliance, incluindo qualidade de produtos e serviços, acidentes de trabalho, segurança da informação e finanças, constituem fatores de risco para seu crescimento sustentável. A cultura de risco está incorporada em todos os níveis da organização. Todas as áreas participam do desenvolvimento e implementação das medidas apropriadas de gerenciamento de riscos. **Organização de Risco:** A Companhia tem uma forte organização de riscos suportada por políticas e procedimentos internos que cobrem todas as áreas. O Comitê de Governança, Riscos e Conformidade tem a responsabilidade de definir as políticas gerais de gerenciamento de Riscos. Também avalia continuamente as medidas de controles de Riscos implementadas. O Comitê de Governança, Riscos e Conformidade se reporta ao Diretor Presidente, informando regularmente sobre suas atividades e avaliações. A área de Riscos e Conformidade segue as diretrizes e os procedimentos estabelecidos pelo Comitê de Governança, Riscos e Conformidade. A Companhia possui estratégias e políticas de gestão e controle de Riscos que aderem às exigências regulamentares bem como às melhores práticas de mercado. **Metodologia de Risco:** A Companhia possui um conjunto de regras de gerenciamento de Riscos para reconhecer, controlar e gerenciar Riscos, em todos os níveis da organização. Possui como norma a adoção de políticas, sistemas e procedimentos internos para proteger seus ativos e minimizar os riscos e a reputação da empresa. Mais especificamente, incluem: • Procedimentos para identificar, mensurar e controlar de forma consistente, as exposições a riscos, tais como risco de crédito, risco operacional, risco de liquidez; • Garantir que estes procedimentos estejam de acordo com a regulamentação vigente e alinhados com as melhores práticas de mercado; • Garantir a separação funcional entre as estruturas operacionais e as estruturas de controle de risco; • Preparar todos os relatórios requeridos sobre exposições a riscos relevantes; • Promover uma cultura de consciência de risco em todos os níveis da organização. Periodicamente, são ministrados treinamentos para todos os funcionários que de alguma forma mantenham relação com a área de Gestão de Riscos. **a. Risco de crédito:** Os procedimentos de ge-

André Luiz Gonçalves
Diretor Financeiro

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas e ao Conselho de Administração da **Iguu Instituição de Pagamento S/A** - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Iguu Instituição de Pagamento S/A ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Iguu Instituição de Pagamento S/A em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é res-

ponsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos

objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações

gerenciamento do Risco Operacional representa o centro da cultura de gerenciamento de Risco da empresa. A Companhia busca maximizar seu valor corporativo através do compromisso com a "Qualidade e Confiabilidade" dos seus produtos e serviços. Um conjunto de diretrizes, as "Regras de Negócios", forma a base para a estrutura de gerenciamento de Risco. Esta estrutura suporta um desempenho estável e seguro das operações e reforça a solidez e transparência da gestão. É adotado um gerenciamento do Risco Operacional, o qual mantém um sistema de controles em linha com as políticas internas e de acordo com as leis e regulamentos vigentes. A qualidade dos sistemas de gerenciamento de Risco Operacional visa alcançar as melhores práticas de mercado, incluindo: • Estrutura de gerenciamento de Risco Operacional e suas políticas, procedimentos e controles; • Segregação de funções associadas às áreas operacional e de controles; • Garantir que os papéis e responsabilidades sejam claramente definidos e que os funcionários possuam conhecimento e objetivos de desempenho relevantes em matéria de gestão de Risco Operacional; • Identificar, mensurar e controlar todos os Riscos Operacionais, existentes e potenciais, que fazem parte de cada produto e ou serviço, atividade, processo e sistema; • Incluir sempre a análise de Risco Operacional no planejamento dos negócios, e nos processos de aprovação de investimentos, produtos e serviços; • Adotar sistemas que garantam um monitoramento constante da exposição aos Riscos Operacionais bem como medidas apropriadas para mitigar estes riscos; • Encaminhamento para instâncias superiores de aspectos de gerenciamento de Riscos Operacionais considerados significativos; • Otimizar os sistemas e procedimentos de controle e monitoramento continuamente, realizando revisões e reavaliações periódicas destes processos; • Manter planejamento de contingência e de continuidade de negócios; • Manter sistema de reporte de Risco Operacional apropriado e ágil em todos os níveis; • Garantir que o controle e gerenciamento de Riscos Operacionais sejam parte integrante das atividades diárias da organização. **21. Seguros:** A Companhia mantém apólices de seguro contratado junto a algumas das principais seguradoras do país, e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. Em 31 de dezembro 2022, a Companhia possuía cobertura de seguros, por valores considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas, assim demonstradas:

Seguros	Riscos cobertos	Montante da cobertura
Locação imóvel	Lucros cessantes/despesas fixas	150
	Verba conteúdo	5.000
	Acidentes diversos	5.000
	Despesas fixas (Incêndio)	150
	Derrame de chuveiros automáticos	50
	Equipamentos eletrônicos	200
	Danos elétricos	300
	Aluguel	180
	Quebra de vidros	30
	Recomposição de registros de documentos	40
	Responsabilidade civil empregador	100
	Roubo ou subtração de bens mediante arrombamento	100
	Problemas hidráulicos	50
	Responsabilidade civil - estabelecimentos comerciais e industriais	500
	Responsabilidade civil dos administradores	100.000

Paulo Rogério Silva
Contador CRC1SP238502/O-9

feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. São Paulo, 24 de março de 2023



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 'F' SP

Jonas Moreira Salles
Contador
CRC SP295315/O-4

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias. **AUTENTICIDADE DA PÁGINA.** A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.gazetasp.com.br>